

2016 2



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0200357-8/01

RECORRENTE: ARPE – Agência de Regulação de Pernambuco

RECORRIDO: Serviços e Administração Pernambuco da Sorte Ltda

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DA EMPRESA PELA FALTA DE REQUISITOS. PRINCÍPIO DE VINCULAÇÃO AO EDITAL. ALEGAÇÃO DE FALTA DE PRECEDENTE OU SÚMULA QUE DEMONSTRE O NÃO FUNDAMENTO DO RECURSO INTERPOSTO. ARGUMENTAÇÃO INSUBSISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES NOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- 1- Consta-se a interposição de recurso contra decisão no agravo de instrumento, cujo provimento foi negado por manifesta improcedência, mantendo a liminar exarada no grau inferior.
- 2- A mera repetição ademais infundada do outrora analisado, sem fato novo relevante associado além da explícita utilização do recurso sem a sua finalidade precípua, foge a alçada objetiva, manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
- 3- Recurso de agravo conhecido e **IMPROVIDO** à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do recurso de agravo nº 0200357-8/01 figurando como recorrente a **ARPE – Agência de Regulação de Pernambuco** e como recorrido os **SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO PERNAMBUCO DA SORTE LTDA**; acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 15 de Dezembro de 2016


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator / Presidente -

2019/3



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0200357-8/01

RECORRENTE: ARPE – Agência de Regulação de Pernambuco

RECORRIDO: Serviços e Administração Pernambuco da Sorte Ltda

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Recorrente, já qualificado, ingressou com o presente recurso de agravo (fls. 02/05) em oposição a decisão terminativa no agravo de instrumento, justificando na essência, a falta de precedente ou súmula que demonstre o não fundamento do recurso interposto.

Reporta-se como pedido final, a reforma da decisão agravada mediante a modificação do julgamento originário.

É o relatório.

Recife, 15 de Setembro de 2009


DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 0200357-8/01

RECORRENTE: ARPE – Agência de Regulação de Pernambuco

RECORRIDO: Serviços e Administração Pernambuco da Sorte Ltda

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra terminativa inserta no agravo de instrumento, cujo provimento foi negado em virtude da sua manifesta improcedência.

Por meio da via recursal eleita, requer a reforma da decisão agravada.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Ressalte-se ao contrário do frívolo e único argumento disposto pelo recorrente, está a decisão munida de acórdão do Tribunal Superior colacionado às laudas 678, declarando a flagrante ilegitimidade quanto a dilação probatória ao mandado de segurança onde as provas pré-constituídas deverão ser demonstradas de logo, aptas a ratificar ou não o direito da parte.

Vê-se daí, por iniciativa do recorrente, uma infundada pretensão mediante conteúdo vazio por nada haver o que modificar, voltando-se numa rediscussão de nenhum valor irrisório, expressando um inconformismo através de uma fundamentação inconsistente, não afigurando-se como fato novo, passível para a modificação no julgado.

Observe então o acórdão a seguir colacionado:

“EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO APELO. «RECURSO» DE «AGRAVO». MERA REPETIÇÃO DE ARGUMENTOS DANTES VENTILADOS NA PRIMEIRA PEÇA RECURSAL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 512, CPC. DECISÃO TERMINATIVA PAUTADA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. «AGRAVO» LEGAL REJEITADO À UNANIMIDADE DE VOTOS. Uma vez que a decisão monocrática terminativa proferida neste juízo



15
2019

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

'ad quem' substituiu, nos termos do art. 512, CPC, a sentença emanada naquele juízo de 1º grau, resta naturalmente prejudicado o exame de preliminar voltada à «rediscussão» da sentença. No mérito, a mera irresignação do recorrente, demonstrada na simples repetição dos termos e fundamentos já constantes em sua peça de apelo, sem qualquer referência a fato novo relevante, não tem o condão de modificar o julgado combatido, inclusive porque referendado pela jurisprudência dominante de nossos Tribunais sobre a «matéria», não sendo demais ressaltar, por outro lado, o caráter inusitado e inovador da pretensão meritória formulada neste «recurso». «Agrav» legal que se nega provimento à unanimidade de votos». (grifos acrescidos)

(Recurso de Agravº nº 154179-3/01. Rel. Des. LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível TJPE. Data do Julgamento 27.11.07 Publicação nº 227)

A rigor, o recurso em tela, não merece acolhimento, por sua latente rediscussão da matéria, inaceitável em sede de recurso de agravo, vez que a sua essência objetiva, já foi analisada e rejeitada em todos os seus termos, não havendo o que se reformar à luz dos entendimentos jurisprudenciais acima esposados.

Posto isso, **VOTO** pelo não provimento do presente recurso de agravo, mantendo incólume o acórdão prolatado nos autos do agravo de instrumento nº 0200357-8.

Recife,

15 de Dezembro de 2009

DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Relator -